



instagram.com/sindsepsp

facebook.com/sindsep

twitter.com/sindsep

11 2129-2999

11 97025-5497

www.sindsep-sp.org.br

FILIE-SE AO SINDSEP

Visite a sede do sindicato e faça sua filiação na hora ou entre no site www.sindsep-sp.org.br/sindicalize-se



SERVIÇOS PÚBLICOS SOB ATAQUE

2020: EM LUTA CONTRA O PLANO DE BOLSONARO DE DESMONTE DO ESTADO E DOS DIREITOS

Foto: Letícia Kutze/Sindsep

SAÚDE

Terceirização faz mal ao Sistema Único de Saúde

Pág. 5



Foto: Pedro Canfora

BALANÇO

Um ano inteiro de lutas, greves e conquistas

Pág. 8

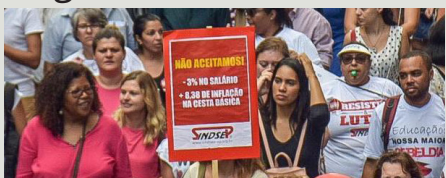


Foto: Elineudo Meira

CRECHES

Covas compra vagas em escolas particulares

Pág. 10



Foto: Fábio Arantes

JURÍDICO

Categorias obtêm vitórias na Justiça

Pág. 14



Foto: Elineudo Meira

EDITORIAL

DEFENDER OS SERVIDORES

O ano de 2019 foi histórico para o Sindsep e para os servidores da cidade de São Paulo. Após unificarmos a luta na cidade em 2018, com a **greve dos 100 mil**, iniciamos 2019 com uma greve geral de 33 dias. Não unificamos somente os sindicatos, mas categorias que nunca haviam lutado juntas. Foram 58 dias se somarmos paralisações e greves do Samu e dos níveis Básico e Médio, que nunca haviam realizado esses movimentos na cidade.

Fomos referência e somos reconhecidos pelos(as) servidores(as), trabalhadores(as) e sindicatos, sejam os de São Paulo, como de outros estados e municípios. Fizemos isso na hora certa, e é justamente o que se fará necessário em 2020. Unidade no funcionalismo do Brasil inteiro. Portanto, a tarefa é estarmos prontos mais uma vez.

Nunca os servidores e os serviços públicos se viram tão ameaçados como agora no Brasil, com Bolsonaro e Paulo Guedes. E na mesma onda, em São Paulo, Bruno Covas e Doria se alinham ao governo Federal para aplicar a retirada de direitos, o desmonte de serviços e a ampliação das terceirizações, que já assolavam a saúde e que agora atingem fortemente a educação.

Só sobreviveremos a 2020 se formos todos juntos para as ruas desde o início do ano, com paralisações e greves dos servidores da União, dos estados e municípios.

Já temos como referência o dia 18 de março, mas devemos ocupar o calendário e o debate eleitoral desse ano, quando os brasileiros escolherão prefeitos e vereadores. Devemos debater com nossos(as) amigos(as) e parentes. Também envolver os movimentos sociais, os(as) estudantes e demais trabalhadores(as). Essa luta não é só nossa. Não é por servidores(as) apenas, mas por serviços de qualidade. É por um Brasil que respeite brasileiros e brasileiras, garanta mais serviços como educação e saúde de qualidade. Que não responsabilize servidores(as) e aposentados(as), ao roubar descaradamente o dinheiro dos nossos impostos para favorecer banqueiros e os mais ricos do país e de fora dele.

Se for preciso, estaremos juntos na construção de uma greve geral no país inteiro. Anotem nosso calendário e estejam preparados(as)!



Maurão Presente!

O Sindsep encerrou 2019 com uma triste perda em nossas fileiras de luta. No dia 10 de dezembro, perdemos o companheiro e ex-diretor do Sindsep (gestão 1996-2002), Mauro Antônio Gonçalves, mais conhecido como Maurão.

Militante sindical comprometido com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, Maurão atuou no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) como agente público no Hospital Municipal Dr. Inácio Proença de Gouvêia, onde se aposentou.

O Sindsep se solidariza com familiares e amigos, e deseja que a luta de Maurão siga nos inspirando na busca por melhores dias, condições dignas de trabalho e de vida dos servidores e servidoras.



Por meio de jogos teatrais, desenvolva a sua capacidade de falar em público e se expressar, no Grupo de Teatro do Sindsep.

A partir do mês de fevereiro retomaremos as atividades e queremos te ver participando.

A dinâmica do grupo é, antes de tudo, proporcionar a cada pessoa um espaço onde ela possa se desinibir e, assim, comunicar-se com mais facilidade. Servidoras e servidores, aposentadas/os, filhos e companheiras/os de associados ao Sindsep podem participar.

Entre em contato pelo **e-mail: grupo.teatro.sindsep@gmail.com**, ou pelo **whatsapp do Sindsep: (11) 97025-5497** (escreva na mensagem: **Para Grupo de Teatro**)

GOVERNO BOLSONARO RASGA CONSTITUIÇÃO PARA ATACAR DIREITOS DE SERVIDORES PÚBLICOS

Emendas Constitucionais que integram o Plano Mais Brasil, enviado pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional, colocam em xeque salários, direitos e conquistas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais

O governo Bolsonaro declarou guerra aos servidores públicos. Seu plano tem objetivo de cortes nos gastos públicos e a retirada da obrigação de municípios, estados e a União gastarem um mínimo com despesas do orçamento, como saúde e educação. O alvo é a retirada das proteções dos trabalhadores e trabalhadoras, abrindo caminho às privatizações e terceirizações, além de acabar com fundos públicos como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cujos saldos seriam desviados para pagar a dívida. Tudo em nome do equilíbrio fiscal.

Gastos públicos são o problema?

O ministro da fazenda Paulo Guedes, banqueiro investigado por fraude em fundos de pensão de estatais, e sua equipe econômica fazem terrorismo. Afirmam que estamos à beira de um apocalipse e que todos os problemas do país resultam dos gastos nos serviços públicos.

Escondem que o déficit público é resultado da queda nas receitas, causada pela estagnação econômica vigente desde 2016 com os governos Temer/Bolsonaro.

Começa com a chamada **Emenda Constitucional 95** (conhecida como PEC do Fim do Mundo), que congela por 20 anos os gastos públicos, levando ao desmanche dos serviços públicos em todos os níveis. Se antes falava-se em “Estado mínimo”, hoje é nenhum Estado para o povo trabalhador e tudo para o pagamento da dívida pública aos banqueiros e aos rentistas ricos.

Em 2018, 40% do orçamento da União, **mais de R\$ 1 trilhão foi para pagar juros e amortização da dívida**; mais de 10 vezes o que se gastou com saúde ou com educação. Até outubro de 2019, foram pagos **R\$ 3,4 bilhões por dia** da dívida, com o dinheiro do povo

brasileiro.

Junto com as emendas constitucionais (EC), o governo pretende suspender por dois anos os reajustes do salário mínimo e quer privatizar a Eletrobrás e outras empresas públicas. Eles querem fazer no Brasil o que foi feito no Chile: desmontar e privatizar o Estado, fazendo a vida do povo piorar drasticamente. É por isso que a população chilena está nas ruas exigindo serviços públicos e gratuitos para todos.

Ataques são cortina de fumaça

Para desviar a atenção do que está em jogo, o governo e a grande mídia fazem ataques aos serviços e servidores públicos. E o que está em jogo é a redução compulsória da **jornada de trabalho e dos salários em 25%**, quando houver “emergência”. O aumento do **estágio probatório de três para dez anos**, com o servidor à mercê de ordens de governantes; e a redução drástica de carreiras no setor público. Esse conjunto se soma a outras medidas adotadas, como a terceirização ilimitada, as contrarreformas Trabalhista e da Previdência, para tornar a Nação terra arrasada para trabalhadores e trabalhadoras e paraíso para os ricos e bancos.

Organizar uma greve nacional

A CUT e demais centrais se reuniram em Brasília, em 26 de novembro de 2019, para discutir a resistência a esses ataques. Os servidores decidiram desde já preparar uma mobilização nacional para o próximo dia **18 de março**, com greves e paralisações. O Sindsep está comprometido na defesa dos servidores e serviços públicos, e já aderiu ao calendário para, junto com as demais entidades do funcionalismo – Confetam, Fetam e CUT – derrotar esse plano de Bolsonaro.

PACOTÃO DE MALDADES

Veja o que a PEC 186/2019 pode fazer contra os servidores:

- ➔ **Redução compulsória da jornada de trabalho, com redução de salários;**
- ➔ **Suspensão de promoções e de progressões funcionais nas carreiras;**
- ➔ **Permissão para governantes não pagarem ações judiciais como precatórios;**
- ➔ **Proibição de novas despesas obrigatórias com serviços e servidores (investimentos estruturais, manutenções...);**
- ➔ **Proibição de novos concursos;**
- ➔ **Uso dos recursos de excedentes de arrecadação fiscal (arrecadação maior que o previsto) e do superávit financeiro para pagamento da dívida pública no sistema financeiro.**

FICAM DE FORA DAS MEDIDAS

- ➔ **Juízes, Ministério Público e policiais.**

AGENDA 2020

Diante do imenso ataque preparado por Bolsonaro e Paulo Guedes – aliados das maldades implementadas por Bruno Covas na Capital e Doria no Estado –, o Sindsep já deliberou, em reunião de seu Conselho Diretor, construir a Campanha Salarial de 2020 seguindo o calendário nacional de lutas em defesa do serviço público, dos servidores, da democracia e contra o desmonte das políticas públicas e a extinção dos direitos.

Essa luta, que é de todo o funcionalismo e de todas as centrais sindicais, levamos ao debate no Fórum das Entidades, para construir novamente a unidade aqui na Capital. Converse no local de trabalho, na escola, com a família e com a comunidade onde mora.

Participe das mobilizações:

31.01 Reunião do Conselho Diretor e construção do calendário de lutas na cidade

12.02 Construção de atividade em Brasília contra o governo Bolsonaro e as PECs

08.03 Fortalecimento das ações do Dia Internacional da Mulher

18.03 Dia nacional de paralisações, mobilização, protestos e greves

OUTRAS MEDIDAS DO PROJETO MAIS BRASIL

Salário mínimo sem aumento real por dois anos.

Aumento dos impostos sobre os alimentos que fazem parte da cesta básica.

Fim das políticas de desenvolvimento econômico.

MANIFESTO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

Em plenária nacional que reuniu, no final de novembro de 2019, em Brasília, CUT e outras centrais e entidades sindicais, como o Sindsep-SP, foi debatida a agenda de enfrentamento às ameaças de estabilidade do servidor público, redução de salários, perdas de direitos e privatizações, que compõem o Plano Mais Brasil. O resultado do debate está sintetizado no manifesto que publicamos na íntegra:

O governo Bolsonaro quer destruir tudo que é público, quer acabar com o SUS, entregar a Educação para empresas privadas, privatizar os Correios e tantas outras empresas estatais que devem estar a serviço do atendimento de qualidade da população trabalhadora.

É isso que significa seu projeto de privatizações. É isso que significa as medidas provisórias lançadas nas últimas semanas: retirar direitos, precarizar ainda mais as condições de trabalho e manter o desemprego, pois as empresas vão continuar a demitir, para contratar pagando menos e com menos direitos.

As medidas não combatem privilégios, pois quem vai ter o salário reduzido não são os parlamentares, a alta cúpula do Judiciário ou das Forças Armadas, mas os servidores que atendem à população trabalhadora.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é referência mundial. Muitos moradores de países vizinhos atravessam a fronteira para serem atendidos em nosso país porque o atendimento é gratuito. O governo ataca nossos sistemas de saúde e ensino públicos e gratuitos, retira direitos, quer acabar com a estabilidade dos servidores públicos para transformar a educação e a saúde em mercadorias, em serviços privados pagos, para beneficiar apenas quem tem capital e pode transformar esses setores em lucrativo negócio para os seus interesses. Beneficia famílias ricas e filhos da elite em prejuízo do nosso povo, que labuta de sol a sol em busca de trabalho para sobreviver.

O governo Bolsonaro está vendendo até a

Casa da Moeda. E o mais grave: destrói o sistema de fiscalização trabalhista e previdenciária para que as empresas possam ampliar a exploração e impor condições desumanas aos trabalhadores. Enfraquece os órgãos de fiscalização, promovendo desastres, como os incêndios na Amazônia, a poluição das praias, rios, reservas marinhas por óleo cru no Nordeste, além do uso desenfreado de agrotóxicos; já não sabemos se o que comemos e o que bebemos está adequado ao consumo, por conta da irresponsabilidade do governo com a saúde e a vida. Esses são apenas alguns exemplos do intenso processo de destruição promovido pelo desmonte e esvaziamento dos órgãos públicos.

A população precisa de mais saúde, mais educação, mais médicos. Um país sem investimentos em educação, ciência, pesquisa e desenvolvimento é um país sem futuro,

que condenará os trabalhadores e seus filhos a uma sobrevivência desumana em ambientes violentos, sem nenhuma perspectiva.

A proposta de Bolsonaro de acabar com a estabilidade do servidor público e reduzir salários nada tem a ver com a melhoria dos serviços prestados. Querem acabar com os direitos e os concursos públicos para entregar esses serviços a empresas privadas e, ao invés do concurso público, o que vai prevalecer é a indicação para cargos feita por vereadores, deputados e senadores.

Lutar contra as privatizações dos Correios, Eletrobrás, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Codesa, Codesp, institu-

tos de pesquisas como Inpe, Embrapa, IBGE e tantos outros, além de ser uma luta contra mais demissões e retirada de direitos, é uma luta para garantir que os serviços públicos sejam para atender às necessidades da população.

Um país rico em recursos naturais precisa ter empresas estatais e públicas fortes e serviços públicos municipais, estaduais e federais de qualidade, prestados gratuitamente ao povo. Ao invés de retirar direitos e recursos financeiros, é preciso investir nos serviços públicos de qualidade.

População precisa de mais saúde, educação, mais médicos. Um país sem investimentos é um país sem futuro

Por emprego, direitos e melhores condições de vida e trabalho, vamos à luta:

Contra as privatizações e os pacotes do governo Bolsonaro que querem acabar com os serviços públicos e reduzir salários e direitos de quem atende a população.

Pela rejeição da Medida Provisória 905 do governo, que significa o extermínio de direitos e o aumento da miséria da classe trabalhadora.

Basta de ataques às organizações dos trabalhadores; em defesa das liberdades democráticas; contra os planos ultraliberais dos governos de Bolsonaro e Guedes.

EXCESSO DE GASTOS COM SERVIDORES PÚBLICOS É MENTIRA!

Brasil é o 27^a entre os 42 países que têm maior número de servidores; empatado com México e Chile.

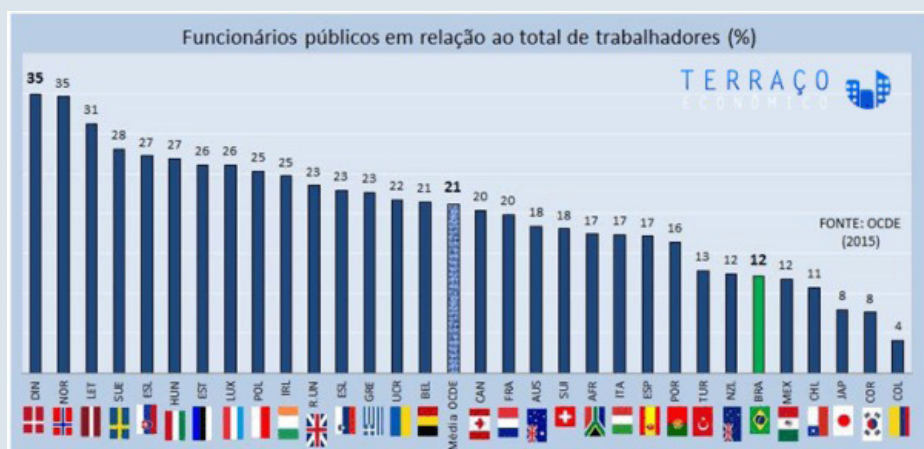
A grande mídia, parceira dos banqueiros e dos financistas, apoiou a reforma Trabalhista e o teto de gastos de Temer, bem como a reforma da Previdência de Bolsonaro. Agora defende as PECs de Bolsonaro e Guedes, para dar fim aos servidores públicos, e prepara uma reforma Administrativa para acabar com a estabilidade.

Criam uma narrativa na tevê, rádio, nos jornais e revistas para culpar os servidores pelos gastos públicos e jogar a população contra. Tudo uma grande mentira, já que o país, mesmo tendo perdido para a Itália em 2018 o posto de oitava economia do mundo, está longe de ser um país com número grande de servidores. Ocupa a 27^a posição entre 32 países do estudo feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) em 2015. O Brasil está bem atrás de vários países com economias liberais reverenciadas pelos oligopólios da imprensa, inclusive EUA e Alemanha que não aparecem nesse gráfico.

Em estudo mais recente, a OCDE revela ainda que o gasto per capita com saúde no Brasil é um dos mais baixos entre 44 países analisados, incluindo os desenvolvidos e emergentes. O Brasil aparece na 37^a posição do ranking.

O que eles omitem é que os grandes gastos públicos ocorrem mesmo é com militares, ma-



gistrados e políticos, justamente os segmentos que estão sendo poupados ou favorecidos por Bolsonaro.

ENFRENTAR A ENTREGA DAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O Sistema Único de Saúde pede socorro frente à privatização do orçamento público realizada pela gestão do prefeito Bruno Covas, em São Paulo.

Logo após a luta em 2018/2019 contra a reforma da Previdência municipal (Sampaprev), numa greve de 33 dias, fizemos o histórico e inédito movimento das trabalhadoras/es do Samu, enfrentando o desmonte generalizado do serviço de urgência. Mas, a ofensiva dos governantes continua para entregar as verbas do

SPDM, empresa afastada do Samu de Santa Catarina por irregularidades, prestes a assumir serviço em São Paulo

orçamento público às entidades privadas, as chamadas organizações sociais da saúde (OSS). A lógica de Bruno Covas não difere de Bolsonaro e Doria: destinar dinheiro público para as mãos de privados.

Os trabalhadores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) em 2019 não aceitaram a desestruturação do serviço. Se organizaram e realizaram um movimento de paralisação progressiva contra a portaria 190/2019, que extinguiu as bases modulares. A transferência das equipes para lugares inadequados elevou o tempo de resposta às chamadas de socorro. Com a mobilização, o governo aceitou alguns pontos, como a formação de uma comissão composta por trabalhadores, sindicato e gestores, assim uma nova etapa da luta foi iniciada para salvar o Samu. Fizemos visitas e apontamos os problemas em um relatório entregue na mesa de negociação e ao Ministério Público (MP). Porém, as denúncias encaminhadas pelo Sindsep ao MP não reverteram o quadro e o governo Covas prosseguiu.

Agora, sem nenhum debate, a prefeitura anuncia a contratação de mais de 300 trabalhadores do Samu pela OSS Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), que movimentou R\$ 22,9 bilhões entre 2009 e 2014, conforme estudo da Universidade Fe-

deral de Pernambuco (2018). A mesma SPDM afastada recentemente da gestão do Samu Santa Catarina, por atraso de pagamentos e outras irregularidades. Uma clara ameaça.

Exigimos a abertura de concurso público para o Samu e a reabertura de verdadeiras bases.

Farmácias ameaçadas

As farmácias municipais também entraram na mira das terceirizações da saúde em São Paulo. O projeto de terceirização da rede de distribuição farmacêutica nas autarquias hospitalares gerou muita insegurança nos trabalhadores.

Participamos das audiências públicas e do Conselho Municipal, onde levamos as preocupações com a assistência farmacêutica e nos posicionamos contra a terceirização.

A proposta está suspensa por ora, mas as condições de trabalho, estruturas inadequadas e a falta de RH não deixam dúvidas sobre sua volta.

Na Atenção Básica, das 466 UBS existentes, apenas 70 estão sob a gestão da administração

Falta de profissionais em hospitais é estimada em 50%; milhares de aprovados em concursos públicos esperam chamada

direta. Essas últimas estão sendo entregues às OSS, sem nenhum respeito aos trabalhadores e aos conselhos gestores. A transferência das unidades mostra que a gestão privada colocará em risco a saúde pública na cidade.

Os trabalhadores estão inseguros, pois as regras são ditadas pelas OSS e não pelo governo. Há casos em que os contratos incluem os trabalhadores da unidade, em outros os exclui. Mobilizações têm sido realizadas exigindo a manutenção da administração direta nas unidades de saúde.



Trabalhadores do Samu fizeram paralisações em 2019 contra a desestruturação do serviço.

Faltam profissionais

O déficit de profissionais de nível universitário na rede hospitalar chega a 48,4% e no nível médio 32,6%. Estes percentuais incluem médicos, enfermeiros, administrativos, farmacêuticos, psicólogos, entre outros. Porém, há concursos realizados e milhares de aprovados aguardam chamada para ocupar as vagas.

Como resposta, o governo oferece uma reestruturação que extingue a Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), trazendo a rede e os trabalhadores para a administração direta (PL 749/2019), uma preparação para entregar às OSS a gestão dos hospitais municipais.

Enfrentar essa situação

Lourdes Estevão, secretária dos trabalhadores da Saúde do Sindsep, explica que o sindicato vem sendo procurado por trabalhadores e trabalhadoras de todas as categorias, sindicalizados/as ou não, devido à insegurança pessoal e profissional. “O sindicato organizou uma plenária com os trabalhadores de todos os setores, movimentos populares, membros de conselhos gestores e entidades da saúde, que resultou na Frente Única Contra o Sucateamento da Saúde”.

Segundo a dirigente, a percepção de que o SUS está em risco é o que tem mobilizado ações contra a entrega às organizações sociais.

“Os números do Tribunal de Contas do Estado (TCE) revelam que, entre 2013 e 2017, as OSS que têm contratos com o Estado receberam mais de R\$ 28 bilhões. Na cidade de São Paulo, os gastos com OSS se aproxima de R\$ 5 bilhões anuais. Super salários que ultrapassam os R\$ 70 mil para gestores e salários arrochados para servidores da saúde. Há pouca transparência. O custo das OSS é muito alto, as condições de trabalho são precárias e não há nenhum compromisso com o SUS”, acrescenta Estevão.

O Sindsep chama as trabalhadoras e trabalhadores da saúde a fortalecerem a luta em defesa do SUS e contra a ofensiva da Prefeitura, por meio do engajamento à Frente Única Contra o Sucateamento da Saúde. O calendário de lutas dos trabalhadores da saúde deve se somar à agenda de lutas do funcionalismo em 2020. A luta agora é uma só!



Ato da Frente Única Contra o Sucateamento da Saúde cobra investimentos nos serviços de saúde públicos e não ao processo de terceirização

SEGURANÇA NO TRABALHO

GESTÃO COVAS PERSEGUE TRABALHADOR NO HSPM

O Sindsep-SP está questionando a portaria 189/2019 do superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), Luiz Carlos Zamarco, de remoção ex officio [troca do local do exercício laboral por interesse da administração pública] do assistente de Suporte Técnico (AST) Luciano Alves Duarte, membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) do HSPM.

Há seis anos concursado, o técnico em equipamento hospitalar no HSPM foi transferido conforme determinação publicada em 28 de novembro (DOM), para o Ambulatório Descentralizado do HSPM Tucuruvi, onde não há estrutura para o exercício profissional que desempenha.

O ato administrativo atropela a Lei Orgânica Municipal e a Lei 13.174/2001, sobre as atribuições e garantias de membro da Cipa, foi justificado pelo superintendente à Secretaria Municipal de Saúde, pela necessidade de pessoal técnico no local, AE Tucuruvi, que integra o complexo hospitalar do HSPM.

“Aqui [AE Tucuruvi] não há o setor [de manutenção] onde trabalho”, relata servidor removido indevidamente do HSPM

Segundo Duarte, há pouca demanda e tecnologia médica no AE Tucuruvi, não há setor de manutenção e nem de engenharia clínica. “Estou 100% parado, porque aqui não há o setor onde trabalho. É uma perseguição política, porque eu participo da Cipa de forma muito ativa, aponto as irregularidades no hospital. Foi iniciada uma reforma no hospital e eu fui designado pela Cipa para acompanhar as obras que iniciariam na segunda, na quinta-feira anterior ao prazo ele [superintendente] me removeu, sem justificativa legal”, conta Luciano.

A decisão também causa perdas para o atendimento à população do HSPM. Flávia Anunciação, diretora do Sindsep, explica que há necessidade de técnico de manutenção no prédio de 14 andares do HSPM, que abriga centro cirúrgico, unidades de terapia intensiva (UTIs), central de material complexo de exames diagnósticos e de imagens, diferente do equipamento para onde foi removido.

A direção do Sindsep encaminhou, em 29 de novembro, pedido de nulidade do ato, por ferir



Luciano Alves Duarte

a Lei 13.174/2001. Pareceres semelhantes com relação ao caso foram manifestados pela Procuradoria Geral do Município, Conselho de Representantes de Cipas (Crescipas) e procuradora do HSPM. Os vereadores Toninho Vespoli e Celso Giannazi (PSol) também encaminharam pedidos para anulação da portaria.

Confiante na atuação do Sindsep, Luciano espera voltar em breve ao seu local de trabalho.

CIPEIRO É TRANSFERIDO PARA HOSPITAL 20 KM DISTANTE

O assistente de Suporte Técnico (AST) Valdomiro Marques também foi vítima de transferência ilegal no mês de novembro. Publicada pela Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), no dia 6 de novembro, a portaria 164/2019 removeu o servidor do Hospital José Soares Hungria (Pirituba), onde trabalha há cinco anos como técnico em Segurança do Trabalho, para o Hospital Municipal e Maternidade Prof.

Mario Degni (Rio Pequeno). Pelo googlemaps, uma distância de 20 quilômetros de onde o servidor mora. De carro, o deslocamento demora mais de 40 minutos, já de transporte público, pode chegar a 1h40.

Marques que, nesses cinco anos como servidor público, sempre trabalhou próximo de sua casa, está indignado. “Eu morava há 10 minutos do hospital de Pirituba, onde escolhi para assumir. Trabalho em favor da garantia da saúde do servidor(a) e população e não poderia ser transferido sem que tivesse pedido”.

Eleito duas vezes para representante na Cipa, este ano encerra seu segundo mandato. Pela Lei 13.174/01 “titulares da representação dos servidores da Cipa têm de permanecer no seu setor, não podem ser exonerados sem justa causa, durante seu mandato e até dois anos após o término do mesmo”.

Vice-presidente do Conselho Gestor da Supervisão Pirituba, coordenador do Fórum de Saúde dos Trabalhadores e titular do Conselho Gestor do Hospital de Pirituba, o cipeiro acredita ter sido afastado em razão do trabalho de

conscientização junto aos servidores públicos e contratados por organizações sociais de saúde (OSS) na unidade hospitalar.

“Não estou praticando nenhum crime. Apenas buscando garantir a saúde dos trabalhadores que são abandonados pelo Poder Público. Existe uma necessidade de cuidar de quem cuida da população”.

Um mandado de segurança, impetrado pelo Sindsep, garantiu que o servidor retornasse ao local de trabalho em Pirituba, no último dia 6 de janeiro. Além disso, o Sindsep vem fazendo uma campanha para que os servidores denunciem perseguições e práticas antissindicalistas. Devemos intervir em todas essas situações que merecem a solidariedade do conjunto do funcionalismo.

“Eu morava há 10 minutos do hospital de Pirituba, onde assumi. Trabalho em favor da garantia da saúde do servidor/a e população e não poderia ser transferido sem pedir”.



Valdomiro Marques é recebido por trabalhadores de volta ao Hospital de Pirituba



NO SEU LOCAL DE TRABALHO TEM CIPA?

O objetivo da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, é desenvolver atividades voltadas à prevenção de acidentes do trabalho e de doenças profissionais e a melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos municipais.



Caso sua unidade ainda não tenha constituído a CIPA, procure o Sindsep, por meio do tel: **(11) 2129-2999**, e-mail: **saudetrabalhador@sindsep-sp.org.br** ou em nossa sede: Rua da Quitanda, 101 – Centro.



SAÚDE DO TRABALHADOR

SAÚDE DOS SERVIDORES NÃO ESTÁ À VENDA!

Em tempos de desmonte do serviço público, o primeiro sinal é o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras

Sobrecarregados e com equipamentos e ambientes de trabalho ultrapassados e inadequados, os servidores da prefeitura precisam utilizar de seu corpo e mente para atender às demandas que cada vez mais se ampliam, frente ao número de trabalhadores cada dia menor. Não à toa, as principais causas de afastamento dos servidores públicos são por problemas psicológicos e distúrbios osteomusculares.

Enquanto o adoecimento dos trabalhadores cresce, frequentemente mascarado por um presenteísmo – opção de seguir trabalhando mesmo sem condições –, a prefeitura tem endurecido as regras para concessão de benefícios periciais. Há, por exemplo, aumento significativo de processos administrativos de demissão por faltas, em decorrência de licenças médicas de longa duração negadas, especialmente de trabalhadores e trabalhadoras readaptados/as.

Sem contar que o próprio órgão responsável pelas perícias médicas, a Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor (Cogess), passa por severo processo de sucateamento, com redução drástica do número de médicos peritos, trabalho nos finais de semana, grande desgaste físico e mental de seus profissionais e maior tempo de espera dos servidores para realização das perícias.

O Sindsep está atento aos desmontes promovidos pela gestão Covas e em luta contra a intensificação das violências, assédios e precarizações.

Denuncie os desmontes na sua unidade! A sua voz faz a diferença!

AGENTES DE ENDEMIAS A PÉ

Prefeito despreza explosão de dengue e sarampo na capital e expõe a riscos servidores que realizam ações preventivas

Com doenças retornando com força, como o sarampo – cerca de 5 mil casos registrados no Brasil em 2019; metade deles no estado – e a dengue – aumento de 2660% entre 2018 e setembro de 2019 – os governos tucanos parecem não se importar com o trabalho da Vigilância em Saúde para prevenir as doenças. A gestão Bruno Covas (PSDB) deixou os agentes de endemias literalmente a pé, com o encerramento, em 11 de novembro último, do contrato com a empresa que fornecia os carros utilizados para o trabalho em campo.

A precarização nas condições de trabalho não é novidade. No primeiro ano de gestão PSDB, João Doria fechou convênio com o aplicativo 99 Táxi e cortou pela metade a frota de carros. Ao assumir, Covas eliminou a outra metade. Os agentes se mobilizaram e obtiveram, em mesa de negociação com a Secretaria Municipal de Saúde, um acordo onde os carros por aplicativo só seriam utilizados pelos agentes de endemias, no deslocamento para a Divisão de Vigilância de Zoonose (DVZ) ou eventuais cursos. Ações de rotina, como o “casa a casa”, bloqueios e nebulizações teriam de contar com veículos da unidade. Porém, não houve crescimento da frota de veículos e os servidores adotaram várias alternativas, como o rodízio entre as equipes que ficavam na base e o trabalho em campo com carro da UVIS.

Na necessidade de utilizar o carro por aplicativo, a equipe era acompanhada por um carro da UVIS para dar suporte à equipe. Com o fim do contrato dos carros alugados pela prefeitura, em novembro de 2019, os agentes de endemias foram obrigados a utilizar o 99 Táxi. A logística da solicitação não funciona. O pedido só pode ser feito pela chefia interna da UVIS, já que a gestão não disponibiliza celular para os agentes de endemias que estão em campo. Caso o pedido seja feito por uma mulher e estejam agen-

tes homens aguardando o veículo, o motorista de aplicativo não para. Na falta de internet na base, também fica impossibilitada a solicitação de carro, já que a requisição é feita por meio de computadores da UVIS.

“Há seis equipes para ir a campo e no aplicativo só se consegue pedir outro carro depois do encerramento de uma corrida. A distância faz com que a saída a campo gere uma espera de até uma hora. No retorno à base também temos tido que esperar”, cita um dos agentes.

Um contrato de emergência para a demanda da Vigilância em Saúde assumiu em 13 de dezembro último, no entanto é insuficiente para realizar as ações de controle e prevenção na maior cidade da América Latina.

O Sindsep segue recolhendo denúncias sobre o transporte dos agentes. Vamos cobrar esse descaso da prefeitura com os servidores que vêm sendo submetidos a condições inadequadas e inseguras para trabalhar.



DVZ/COSAP

SERVIDORES EXIGEM CONCURSO PÚBLICO URGENTE

Falta de concursos no governo Covas ameaça a vida de trabalhadores; entre julho e outubro de 2019, dois servidores foram atacados por um cão rottweiler

Desde o primeiro ataque, o Sindsep vem cobrando do governo a realização de concurso público para suprir a falta de servidores na unidade, investimentos em equipamentos de proteção individual (EPI), de proteção coletiva, reestruturação física da unidade, reforço no treinamento, entre outras reivindicações.

A pressão do Sindicato e da CIPA, junto com os trabalhadores/as do DVZ/Cosap, arrancam melhorias como o acompanhamento técnico mais próximo, a reestruturação dos eventos,

uso de cambão (cano com corda para contenção de movimento do animal) e maior rigor no cumprimento do fluxograma das atividades. No entanto, a falta de concurso público ainda gera insegurança e sobrecarga, assim como a falta de treinamento na unidade, demora na decisão de EPI adequado, reestruturação física da unidade e garantia de melhores condições de trabalho aos servidores.

O Sindsep segue atento às condições de trabalho dos servidores do DVZ/Cosap e exige o cumprimento das reivindicações.

2019 ANO DE RESIS

O Sindsep seguiu à risca sua palavra de ordem: “resistir e lutar”. Foram 58 dias de greves e paralisações, sendo direito ao não desconto dos dias parados. Realizamos também dezenas de mobilizações e atos para defender. Toda essa efervescência foi fruto de um trabalho coletivo do sindicato, dos representantes sindicais. As vitórias de 2019 se fizeram não por ganhos econômicos, mas por criar impedimentos e resistências. Mas a principal conquista foi a organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse novo ano, iniciaremos com a campanha salarial 2020 destinada à valorização do funcional público, extinguir as autarquias e fundações municipais, e também em 18 de março, para enfrentar os ataques impostos pelo



Foto: Letícia Kutzke/Sindsep

Entre fevereiro e março, milhares de servidores realizaram 33 dias de Greve contra o confisco salarial ocasionado pela Reforma da Previdência.



Foto: Pedro Canfora/Sindsep

Trabalhadores do Samu fizeram uma manifestação contra o fechamento de bases e o desmonte durante ato na frente da Secretaria de Saúde.



Foto: Arquivo/Sindsep

Contra os ataques à educação brasileira, o Sindsep esteve junto com os trabalhadores municipais na Greve Nacional da Educação, em 15 de março.



Foto: Cecília F./Sindsep

Sindsep participou ativamente, por meio de uma manifestação, do movimento da Saúde, na luta contra a política de desmonte; na foto, protesto em 8 de novembro.

SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, CURSOS E EVENTOS PARA ORGANIZAR A CATEGORIA

Em 2019 reforçamos o trabalho de discussão, formação e ação da categoria, trazendo à participação de milhares de trabalhadores.

Foto: Arquivo/Sindsep



Seminário debateu os impactos jurídicos e os fluxos de atendimento na saúde dos trabalhadores municipais.

Foto: Pedro Canfora/Sindsep



Resistência e luta marcaram debate entre educadores municipais no 7º Congresso da Educação do Sindsep.



O seminário “A política é pública” discutiu as formas de combate ao assédio moral no serviço público municipal.

ESTÊNOCIA E LUTA

o 7 dias do Samu, 18 dias dos níveis Básico e Médio e mais os 33 dias de greve geral. Em todas conquistamos o poder os direitos do funcionalismo e valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público. radicais de unidade e dos sócios que se engajaram e fizeram um ano histórico de mobilizações. ia aos ataques e possíveis estragos maiores, arrancando algumas conquistas, ainda que limitadas. hadoras, e a consciência política que se elevou ao final de cada processo. ncionalismo municipal de São Paulo, para derrotar o PL 749/2019 – de terceirização – que ém preparar a Greve Nacional do Servidores Públicos, governo Bolsonaro aos direitos inscritos na Constituição.



paralisação histórica da categoria, fonte do serviço. Na foto, samuseiros Saúde.

Sindsep marcou presença na luta contra a reforma da Previdência. Na imagem, ato na Avenida Paulista, em 22 de março.



io da Frente Única contra o Sucateamento de desmonte do SUS em São Paulo.

Trabalhadores de níveis Básico e Médio pararam pela reestruturação com valorização na carreira. Greve de 18 dias foi a maior mobilização da história da categoria.

trabalhadoras e trabalhadores.

Foto: Leticia Kutzke/Sindsep



Foto: Leticia Kutzke/Sindsep



Foto: Leticia Kutzke/Sindsep



...a, meu corpo não" tratou de assédio sexual no serviço

Os ataques que a saúde pública vem sofrendo no município de São Paulo foram a pauta do seminário dos Trabalhadores da Saúde do Sindsep.

Aposentados tiveram, em 2019, participação marcante na luta em favor da reestruturação e valorização da carreira dos Agentes de Apoio, AGPPs e ASTs.

EDUCAÇÃO

EDUCADORES E EDUCADORAS AFIRMAM SUAS REIVINDICAÇÕES NAS NEGOCIAÇÕES

Servidores e serviços públicos municipais da Educação são alvo da política de desmonte da prefeitura.

O ano de 2019 foi um ano marcado por lutas, e os trabalhadores e trabalhadoras da educação tiveram papel destacado em todas elas. Iniciamos o ano com uma greve de 33 dias contra a reforma da Previdência Municipal de Covas, que aumentou a contribuição para 14%. A reabertura das mesas de negociação entre o Sindsep e as demais entidades sindicais só foi possível devido à pressão da greve.

Reivindicações

Na mesa de negociação, discutimos reajuste salarial, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), evolução funcional, a jornada exclusiva, as demandas dos agentes/quadro de apoio, analistas e segurança nas escolas e a realização de con-



Foto: Fábio Arantes

Programa Mais Creche, aprovado pela Câmara, autoriza a compra de vagas particulares.

ursos. Nas últimas mesas realizadas, entraram também os projetos de lei 754/2019 e 788/2019, além do calendário escolar de 2020.

O PL 754 (Programa Mais Creche) compra vagas com dinheiro do orçamento público em escolas privadas. Já o PL 788 (Bolsa Primeira Infân-

cia) paga aos pais um valor de R\$ 100, quando não conseguirem matricular seus filhos. O projeto favorece o mercado ilegal de “cuidadores de criança”. O Sindsep se opõe e seguirá lutando contra esses projetos aprovados, pela Câmara Municipal, em 4 de dezembro de 2019.

Ano Novo inicia com mais luta

Em 2020, os servidores da educação deverão, como aconteceu nos anos anteriores, estarem à frente das grandes mobilizações nacionais, especialmente agora que são a bola da vez nos ataques de terceirização no serviço público de Covas, Dória e Bolsonaro. Dia 18 de março, estarão todos lado a lado com o conjunto do funcionalismo do país em um dia de greve e de grandes atos.

EM DEFESA DO FUNDEB!

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em vigor desde 2007, é hoje o principal mecanismo de distribuição de recursos para a manutenção de escolas e a valorização de professores no país.

Pelas regras atuais, o Fundeb se encerrará este ano. Sindicatos e movimentos de defesa da educação exigem a continuidade do Fundo. Precisamos de mais investimento na educação e não redução de recursos.

O Sindsep está na luta para que o Fundeb torne-se permanente!

NÃO À PROPOSTA DE ENSINO DOMICILIAR

O ensino domiciliar é uma das bandeiras de campanha do governo Bolsonaro. Contrariando todos os estudos relativos à importância da escola, o ensino domiciliar é um projeto obscurantista. Em abril de 2019, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional para votação. Entre as consequências mais nocivas da educação domiciliar está o ocultamento de abusos e violências contra crianças. No município, temos o PL 84/19, do vereador Gilberto Nascimento (PV), propondo a instituição do ensino domiciliar para as crianças em São Paulo. O Sindsep é contra e considera inaceitável esse projeto.



Foto: Reprodução Internet

Ensino domiciliar não cumpre necessidades de desenvolvimento da criança.

PL 68/2017: EXTINÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DESMONTE DOS CEIs

Um projeto do vereador Cláudio Fonseca (Cidadania) propõe mudanças na jornada docente para hora/aula e altera a denominação do professor de Educação Infantil.

O Sindsep questionou esse projeto e propôs a extensão da Jornada Especial Integral de Formação (Jeif) para todos.

Apoiamos esta reivindicação dos trabalhadores, por julgar inadmissível que, sem qualquer consulta, seja alterada a concepção de infância e a vida das trabalhadoras/es da educação infantil afetados. Propomos a abertura anual, em momento anterior ao período de remoção, a opção aos trabalhadores de atuarem com a faixa etária com a qual melhor se identifiquem.

Sobre o cumprimento de 1/3 da jornada em atividades formativas e preparatórias ao fazer



Foto: Letícia Kutzke/Sindsep

Dirigentes do Sindsep acompanham audiência sobre o PL 68, realizada em dezembro

pedagógico, exigimos o cumprimento da Lei Federal, que estabelece o Piso Salarial Nacional dos profissionais do Magistério.

O grande perigo da proposta do PL 68 é a abertura do caminho para o fim da rede pública de educação infantil direta. Na prática, a entrega para as redes conveniadas e privadas. Não mediremos esforços para reagir a isto e articular a defesa da educação infantil pública.

GOVERNO BOLSONARO ENTREGA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A INICIATIVA PRIVADA

Lei 10.134 autoriza parcerias público-privada com OS como a SPDM, que já controla boa parte da saúde no país.

A Lei 10.134/19 sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, em 26 de novembro, insere a rede pública de educação infantil no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), para possíveis parcerias com a iniciativa privada para a construção, modernização e operação de estabelecimentos da rede pública de educação infantil estadual e municipal. Na prática, a lei entrega para as entidades privadas a educação infantil.

Em São Paulo, creches da administração direta estão na mira das obscuras organizações sociais (OSS). A SPDM, por exemplo, é uma das maiores OSS que operam na saúde e começa a abocanhar a gestão das unidades de educação infantil.



Foto: Pedro Canjorcu/Sindsep

Campanha foi levada a vários serviços públicos da cidade em 2019, por meio de oficinas de formação sobre o assédio sexual no ambiente de trabalho.

SINDICATO IMPULSIONA CAMPANHA "A POLÍTICA É PÚBLICA, MEU CORPO NÃO"

Secretaria de Atenção à Mulher do Sindsep lançou iniciativa, com objetivo de sensibilizar e orientar sobre o combate à prática

Ao assumir a Secretaria de Atenção à Mulher do Sindsep, em 2018, Luba Melo teve como desafio pensar a construção de um debate sobre o assédio sexual no serviço público, que nos últimos anos vêm registrando um crescimento das denúncias recebidas pelo Sindicato.

Frente a isso e a própria história de lutas do Sindsep, em favor da ampliação dos direitos das mulheres e de combate às violências no local de trabalho, foi criado um Comitê de Combate ao Assédio Sexual.

Criação do Comitê

Em conjunto com as secretarias de Saúde do Trabalhador, Jurídico e Formação, a Secretaria da Mulher desenhou um percurso para potencializar a resposta imediata aos casos que chegavam ao sindicato.

Além do atendimento de casos, o Comitê de Combate ao Assédio Sexual ficou responsável por pensar o fluxo do acolhimento das vítimas e realizar a sensibilização e formação sobre o tema no serviço público.

A discussão conjunta era fundamental, mas a ação sobre casos já ocorridos parecia insuficiente diante das consequências físicas e psicológicas desencadeadas nas vítimas, em sua maioria mulheres. Percebemos a necessidade de agir na prevenção, evitando que outras pessoas sejam vitimadas.

Este foi o motor para que construíssemos e

colocássemos em prática a campanha "A Política é Pública, meu Corpo Não", que inclui uma cartilha sobre o tema, feita em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES), oficinas formativas, aulas públicas e um seminário realizado em novembro de 2019.

A campanha é também manifestação de luta e resistência à sociedade patriarcal, machista e racista, que enxerga a mulher e seu corpo como algo que pode ser ameaçado, tocado ou violado, e a uma conjuntura que vem ampliando a redução de direitos pelo governo Jair Messias Bolsonaro (Aliança pelo Brasil).

O desmonte de políticas públicas

Signatário de uma agenda de privilégios ao empresariado e à bancada ruralista em detrimento dos/as trabalhadores/as, o governo Bolsonaro se guia por uma política ultraconservadora e autoritária, que investe em posturas machistas e patriarcais, e censura manifestações culturais focadas na desigualdade econômica e na diversidade humana.

Não muito diferente do que vem ocorrendo na cidade de São Paulo, que, desde a vitória de João Doria (PSDB) à prefeitura, dirige os investimentos públicos a poucos. Há uma privatização do espaço público, desmonte e extinção de serviços e secretarias importantes, como a de Políticas para as Mulheres.

Corremos o risco de perder o que sobrou de

conquistas, como a Lei 16.488/2016 e o Decreto 57.444/2016, que tratam de medidas de prevenção e combate ao assédio sexual na Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações. Considerado um importante instrumento de ação e de proteção às vítimas de assédio e uma das mais avançadas sobre o tema no Brasil, a legislação foi criada na gestão Fernando Haddad (PT), a partir de ampla discussão e participação dos movimentos feministas e de mulheres.

Neste sentido, a campanha "A Política é Pública, Meu Corpo Não" tem voltado atenção especial à legislação, para que ela seja aplicada nos casos correspondentes e não se torne letra morta.

Em 2019, a campanha percorreu várias regiões, levando formação sobre assédio sexual a trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, como o Hospital Vila Nova Cachoeirinha, Hospital do Servidor Público Municipal, o setor de Recursos Humanos da Autarquia Hospitalar Municipal (AHM), a sede da Guarda Civil Metropolitana (GCM), a Inspeção Sé da Guarda Civil Municipal, Supervisão Técnica de Saúde da Vila Prudente e UVIS Pinheiros/Lapa, a CIPA da UVIS Campo Limpo, o Conselho Municipal de Saúde e o Hospital Estadual Mogi das Cruzes.

Para 2020, ampliaremos nossa campanha, oferecendo também cursos mais aprofundados sobre o tema, além de oficinas e aulas públicas.



ESTAMOS COM VOCÊ! DENUNCIE O ASSÉDIO!

Se você foi vítima de assédio, procure o sindicato!
Você não está sozinha(o), conte conosco!



combateassediosexualsindsepsp@gmail.com



11 2129-2999



11 97025-5497

Baixe a cartilha no site www.sindsep-sp.org.br



SOB ATAQUE

BARRAR PROJETO QUE PROPÕE EXTINÇÃO DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

O governo Covas (PSDB) enviou para a Câmara Municipal, em novembro de 2019, o Projeto de Lei 0749/2019, que propõe acabar numa tacada só com várias autarquias e fundações municipais (veja ao lado). A direção do Sindsep está alerta sobre o andamento do PL. Se aprovado retirará centenas de trabalhadores concursados do atendimento à população, além de extinguir todos os cargos vagos e decretará o fim dos concursos.

O governo diz que é para gerar “economia”, mas cria duas agências reguladoras: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula) e Agência Paulista de Desenvolvimento e Investimentos (SP Investe), onde além de concursados estão previstos 82 cargos comissionados (SP Regula) e 16 cargos (SP Investe) com salários iniciais de R\$ 7.500,00, chegando até R\$ 18.329,39. Um “cabidão de empregos” para aliados políticos às vésperas das eleições.

Um dos serviços ameaçados é a Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti, ligada à Fundação Paulistana, que já formou mais de 10 mil jovens profissionais da saúde desde que foi aberta. É a única escola de saúde pública em São Paulo e funcionando no extremo Leste da capital, em Cidade Tiradentes.

Marta Pozzani, doutora em enfermagem e professora da escola, teme não apenas o impacto negativo no emprego dos professores, mas no aspecto social. “É uma escola que tem impacto social muito importante e devolutiva de emprego. As pessoas [formadas na escola] estão empregadas em UBS, hospitais, clínicas e laboratórios, portanto o destino dessa escola é muito importante para a vida de um bairro

O QUE COVAS QUER EXTINGUIR?

- **Autarquia Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)**
- **Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSp)**
- **Serviços Sociais Autônomos**
- **Autarquia Hospitalar Municipal (AHM)**
- **Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura**
- **Fundação Theatro Municipal**
- **Autarquia Municipal de Serviços de Saúde**
- **Fundação Museu e Tecnologia**
- **São Paulo Turismo (SPTuris)**



Docentes da Escola Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti, em Cidade Tiradentes, protestaram contra a ameaça de extinção do serviço, durante audiência pública na Câmara Municipal, em dezembro de 2019.

periférico. E a Escola Makiguti é resultado da luta da população da Cidade Tiradentes, no Orçamento Participativo”, detalhou a professora.

O Sindsep solicitou à Comissão Constituição e Justiça a realização de uma audiência pública para questionar o projeto. Embora aprovado o pedido, até o fechamento desta edição ainda não

havia sido marcada a audiência da CCJ. O Sindsep esteve em outra audiência pública sobre o projeto, na Comissão de Administração Pública, em 5 de dezembro, cancelada minutos depois de aberta. Dirigentes do Sindsep dialogaram com trabalhadores das autarquias sobre a ação conjunta para barrar a proposta.

SERVIÇO FUNERÁRIO

2020 SERÁ DECISIVO PARA MANTER A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

O governo Covas insiste em privatizar o Serviço Funerário do Município de São Paulo. Aprovada em agosto pela Câmara Municipal, com a ajuda dos vereadores privatizadores, a Lei 17.180 foi sancionada em 26 de setembro pelo prefeito, que rapidamente abriu o período de questionamentos para as empresas, até 9 de dezembro. No entanto, o processo foi paralisado.

Uma ação judicial foi impetrada pela Associação Cemitérios e Crematórios do Brasil (Acembra), já que o projeto de concessão apresentado pela Prefeitura não esclarece como se dará e por definir que apenas quatro empresas poderão administrar os cemitérios na cidade.

Em audiência com o presidente do Tribunal de Contas do Município (TCM) João Antônio, em 8 de novembro, o Sindsep protocolou ofício denunciando a concessão/privatização e pedindo providências acerca da nomeação dos aprovados no concurso de AGPP – homologado em 2016, mas sem convocação até agora. O presidente do TCM se dispôs a acompanhar o

processo de concessão.

Não satisfeito, o governo Covas também enviou o Projeto de Lei 0749/2019, que extingue o Serviço Funerário, outras autarquias e fundações, e transfere os servidores para a rede direta. Caso aprovado, o pessoal da guarda de cemitérios passa a ser gerido pela Secretaria de Segurança Urbana.

Ao mesmo tempo, o superintendente autorizou o credenciamento de clínicas particulares de tanatopraxia (técnica de tratamento dos corpos para o funeral) no serviço funerário. Várias clínicas particulares e salas de velórios estão sendo abertas. Parece até campanha para acelerar a privatização.

O que diz o serviço funerário?

Após três meses de espera, em 16 de dezembro passado, a comissão do SFMSp foi recebida pela chefe de gabinete da autarquia, Damaris Eliane Costa Ferreira, onde foi discutida a contratação de serviços relacionados ao Progra-

ma de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Avaliação Ergonômica aos trabalhadores.

Uma empresa foi contratada para realizar esses exames no período de 45 dias, que poderá ser prorrogável pelo mesmo tempo. Isso é resultado da ação impetrada pelo Sindsep junto ao Ministério Público.

O Sindsep solicitou a participação na Comissão do SFMSp e reunião com a Superintendência para discutir a destinação dos funcionários.

Para o Sindsep, a privatização será um prejuízo para os trabalhadores e para a população que pagará mais caro pelo serviço no duro momento de perda de entes queridos.



Foto: Cecília F./Sindsep



Foto: Letícia Kutzke/Sindsep

LUTA PELA VALORIZAÇÃO SEGUE EM 2020

O ano de 2019 foi histórico para a luta do Agente de Apoio, AGPP e AST. Avanços exigem ampliar organização dos trabalhadores

Desde a greve dos 33 dias contra a reforma da Previdência de Bruno Covas (PSDB), onde arrancamos na negociação o abono emergencial de R\$ 200 para os agentes de Apoio (nível Básico) e de R\$ 300 para AGPP e AST (nível Médio), até a greve pela valorização, em novembro, foi um longo caminho.

Uma experiência coletiva da categoria que ensinou o caminho da luta e de fortalecimento do papel do sindicato. Até então ninguém acreditava na capacidade de luta e mobilização dos servidores e servidoras das carreiras dos níveis Básico e Médio.

O Sindsep esteve à frente das negociações, junto com as outras entidades. Desde o começo, exigíamos uma reestruturação de carreira para os servidores dos dois níveis, pois o governo não havia apresentado nenhuma proposta.

Em dezembro de 2018, as negociações foram suspensas pela gestão Covas, por tempo indeterminado. Em abril de 2019, houve a retomada da mesa de negociação para a reestruturação das carreiras.

Diante da demora em responder às categorias, o Sindsep lançou a campanha pela reestruturação das carreiras nos locais de trabalho. Plenárias de mobilização também foram reali-

zadas. No final de maio, um ato foi organizado em frente à Câmara Municipal para cobrar dos vereadores e da prefeitura o pagamento do abono emergencial. A pressão dos servidores, que contou com apoio do vereador Donato (PT), fez com que o presidente da Câmara, Eduardo Tuma (PSDB), recebesse uma comissão e se comprometesse a marcar uma audiência com o governo.

Dia sem atendimento

Sem avanços práticos, em junho foi realizado o primeiro “Dia sem Agentes de Apoio, AGPP e AST” nos serviços públicos. Mobilizados em frente à prefeitura, os agentes de níveis Básico e Médio exigiam a reestruturação da carreira, reivindicação que foi ganhando terreno junto com a da extensão do abono emergencial para aposentados e aposentadas (ver abaixo). A falta de diálogo do governo ajudou a fermentar a mobilização.

Entre os meses de junho e novembro, a reestruturação das carreiras ganhou força e inúmeros atos, paralisações relâmpago e greves em diversas áreas da gestão municipal, como Fazenda e Saúde, mostrando à população a importância dessa luta para o funcionamento de

serviços no município.

Nas negociações, os diretores do Sindsep, Vlamir Lima e Djalma Maria Prado, junto com o presidente Sérgio Antiqueira, estiveram presentes com outras entidades. O governo Covas apresentou uma proposta de reestruturação por subsídio que contemplava apenas os agentes de nível Médio, excluindo cerca de 65% dos servidores da obtenção de algum ganho.

Em assembleia, os trabalhadores decidiram pressionar o governo a negociar a contraproposta apresentada pelo Sindsep e entidades. Fato que culminou numa greve iniciada em 5 de novembro e que durou mais de 10 dias. A paralisação, primeira na história dos segmentos, contou com a adesão de mais de 62% dos trabalhadores e trabalhadoras em piquetes diários, além da participação em atos e assembleias.

Protocolo de negociação

O Sindsep e outras entidades sindicais conseguiram, junto ao governo, a assinatura de um protocolo garantindo que não houvesse desconto das horas paradas dos grevistas, a continuidade da mesa de negociação sobre uma proposta de reestruturação com valorização da categoria, além do compromisso de o governo não encaminhar sua proposta à Câmara, com pedido de urgência.

Avançamos em 2020, dispostos a retomar mais forte a luta por um plano de reestruturação que valorize servidoras e servidores dos níveis Básico e Médio que fazem a cidade funcionar.

Para isso, é necessário sindicalizar os colegas em cada unidade e eleger representantes sindicais (RSU) para prepararmos os próximos passos.

» ANOTE!

Plenária das aposentadas e aposentados 2020

19.02 | Quarta-feira, às 9h
Rua da Quitanda, 101 – Centro

ISONOMIA

ABONO EMERGENCIAL: APOSENTADOS NÃO PODEM FICAR DE FORA

Os aposentados do Serviço Público Municipal de São Paulo são tratados como párias, sem reconhecimento aos seus direitos e de forma indigna por parte do prefeito Covas. Após meses de luta e reivindicações para a extensão do abono de emergência – conquistado para os níveis Básico (Agentes de Apoio) e Médio (AGPP e ASTs) – aos aposentados, o governo ignorou as

exigências e deixou mais de 10 mil aposentados sem este direito.

Para a diretora Bergair Valentino, do departamento de Trabalhadores Aposentados do Sindsep, trata-se de descaso e desrespeito. “Muitos aposentados são arrimo de família. Pagam contas, se alimentam e vivem num Brasil onde o preço de tudo sobe. O prefeito ignora isso. Não

valoriza os aposentados que sofrem com a inflação sobre seus vencimentos. Discrimina os aposentados, não pagando o abono de emergência”, denuncia.

Para o Sindsep, a luta pela extensão do abono de emergência e valorização dos aposentados segue de pé. Participe das plenárias dos aposentados para ajudar nesta luta, que segue em 2020!

PREFEITURA CONVOCA PARA ACORDO DE PRECATÓRIOS

A prefeitura publicou em outubro o edital de convocação para acordo de precatórios. O edital de convocação para acordo N° 1/2019 está disponível no site do Sindsep, na seção “Jurídico”.

O Sindsep irá realizar os acordos até 21 de fevereiro de 2020 e no caso de herdeiros o prazo

é até 7 de fevereiro de 2020.

Por isso, fique atento para não perder o prazo. Mais informações, entre em contato com o Departamento Jurídico do Sindsep, pelo telefone (11) 2129-2999, ou presencialmente na sede, que fica na rua da Quitanda, 101 – Centro SP.

Foto: Pedro Camfora/Sindsep



Equipe da Secretaria de assuntos Jurídico, Econômico e Pesquisa

SINDSEP GARANTE A ASSISTENTES SOCIAIS DA SAÚDE O DIREITO À GESS

Durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2005), as assistentes sociais pediram equiparação a uma gratificação especial de serviço na saúde, concedido somente a profissionais do quadro da Saúde.

Para chegar à conquista, as assistentes sociais se mobilizaram, seguiram o então secretário Municipal da Saúde, Eduardo Jorge, nos eventos em que estava presente e chegaram a ocupar o gabinete da secretária de administração Helena Kerr.

Paralelamente às mobilizações, as profissionais do Serviço Social entraram com uma ação

contra a prefeitura, ajuizada pelo Sindsep. Agora, as assistentes sociais receberão pelo período em que não era garantido o direito. A justiça obrigou a administração municipal a pagar a gratificação, com correção de férias e 13º salário.

Em 2019, algumas reuniões de esclarecimento foram realizadas com a advogada Stela Nakazato, que ajuizou a ação em nome do Sindsep.

Embora não haja prazo definido para iniciar os pagamentos, a prefeitura está realizando os cálculos das gratificações que deve beneficiar 400 assistentes sociais da saúde.

AÇÕES PELA PARIDADE

Atenção servidores do nível universitário!

O Sindsep ajuizará três ações coletivas, representando seus filiados e filiações, para garantir o direito à paridade dos(as) optantes dos quadros da Saúde: Analista da Administração (QAA) e de Profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia (QEAG), conforme estabelecem as leis de enquadramento:

➤ 16.119/15, de 13 de janeiro de 2015

➤ 16.122/15, de 15 de janeiro de 2015

➤ 16.414/16, de 31 de maio de 2016

O Sindicato realizará em breve reunião para esclarecer detalhes das ações. Fique atento!

VITÓRIA: GRATIFICAÇÃO DA SAÚDE

Servidores filiados terão benefício

O departamento Jurídico do Sindsep obteve mais uma vitória. Desta vez, a conquista veio por meio da ação coletiva que pedia a incorporação da gratificação da saúde para assistentes sociais que atuam na área.

Ajuizada em fevereiro de 2008 pelo Sindicato, o recurso final da ação foi julgado em fevereiro de 2018. A Prefeitura de São Paulo foi condenada a pagar os reflexos decorrentes da integração da gratificação no 13º salário e abono de férias dos servidores e servidoras beneficiados(as) desde fevereiro de 2003.

O Sindsep solicitou o cumprimento da sentença e a administração municipal requisitou a listagem de beneficiados. Cabe esclarecer que a ação contempla exclusivamente os servidores e servidoras que estão filiados(as) ao Sindsep-SP.

Para encaminhar a listagem de beneficiados, o departamento Jurídico necessita que:

- **Servidor ou servidora tenha, em algum momento, recebido a Gratificação Especial pela Prestação de Serviços Assistenciais em Saúde (ou em unidades assistenciais de Saúde), instituída pela Lei 11.716, de 3/01/1995, mas efetivamente paga a partir de 2001;**
- **Servidor ou servidora seja filiado(a) ao Sindsep e esteja em dia com suas contribuições voluntárias.**

Caso o filiado ou filiada esteja inadimplente, venha até o sindicato para acertar seus débitos e/ou se refiliar.

Apenas com a situação sindical regularizada poderá se beneficiar da ação coletiva.

O Sindicato aguardará até o próximo dia 31 de janeiro a regularização da situação sindical para fechar a listagem que será entregue ao Judiciário.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Temos muitos direitos e o Sindsep está pronto para defendê-los!



O Departamento Jurídico conta com uma equipe para esclarecer suas dúvidas e defender seus direitos.

Horário de atendimento:
9h às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Informações:
(11) 2129-2999 ou na sede do Sindsep, que fica à Rua da Quitanda, 101 - Centro

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: PEÇA A ATUALIZAÇÃO!

O Sindsep continua a ajuizar ações para atualização do valor do Adicional de Insalubridade individual da administração indireta – trabalhadores(as) da autarquia/HSPM. Servidores e servidoras municipais que já entregaram seus documentos já estão com suas ações em andamento. Muitas até já foram finalizadas. Quem estiver

interessado(a) em iniciar sua ação por insalubridade, deve entregar com a máxima urgência no atendimento jurídico, na sede do Sindsep: cópia do RG/CPF, comprovante de residência, além do primeiro holerite e dos três últimos meses. É necessário também que assine procuração ao Sindsep para dar andamento na ação.

SERVIÇO FUNERÁRIO: CONQUISTADA A ATUALIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Em meio às lutas em defesa do Serviço Funerário Municipal de São Paulo (SFMSM), o Sindsep obteve importantes vitórias nas ações judiciais por insalubridade, quinquênio, sexta parte do salário e correção da Unidade Real de Valor (URV).

A ação pelo direito dos trabalhadores do SFMSM à insalubridade garantiu a atualização a partir de março, uma base de cálculo de 10%, 20% e 40% sobre o B1 – equivalente a R\$ 755 –, o que significa, respectivamente, R\$ 75, R\$ 140 e R\$ 302 a mais de ganho.

Os advogados do Sindsep entraram com pedido de cumprimento de sentença na Fazenda Pública para pagamentos dos atrasados, o que devemos aguardar os trâmites judiciais.

Outra vitória foi obtida na ação coletiva pelo quinquênio/6ª parte, o que fez com que o SFMSM efetuasse a correção dos valores no salário de novembro, em dezembro virá a diferença de outubro e é aguardado o pagamento dos atrasados.

Já na ação de correção das perdas promovidas pela URV (11,9% em março de 1994), a apresentação do Sindsep em 2008 resultou na decisão judicial que determina retroatividade de 2003. No entanto, se trata de uma matéria de “repercussão geral” – em todo Brasil ocorreram ações judiciais sobre a URV –, que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu regras para todas as ações em andamento, considerando eventuais reestruturações de carreiras e a “incorporação” do reajuste. Para tanto, o Sindsep entrou com o cumprimento de sentença da ação da URV.

Ainda em novembro de 2019, os agentes de níveis Básico e Médio do Serviço Funerário também conquistaram o abono emergencial. Os agentes de apoio receberam R\$ 200 e os agentes de Gestão de Políticas Públicas (AGPP) R\$ 300 retroativos a maio de 2019.

O abono foi uma conquista da categoria desde a greve de março contra o aumento do Iprem para 14% (ver matéria na página 13).

Inscriva-se: Cursos e seminários no 1º trimestre de 2020

Curso | Estado, Políticas Públicas, Justiça Fiscal e Trabalho Público

Nível I

Módulo I | 19 e 20 de março – das 9h às 18h

Módulo II | 16 e 17 de abril de 2020
das 9h às 18h

Inscrições: 6/01 a 19/02

Curso | Compreender para transformar a Saúde do(a) Trabalhador(a)

Turma I

Módulo I | 7 e 8 de abril

Módulo II | 4 e 5 de junho

Inscrições: 1/02 a 6/03

Seminário | Questões Étnico-raciais no Setor Público

6 e 7 de maio – das 9h às 18h

Inscrições: 1/03 a 5/04

Seminário | Trabalhadores(as) da Assistência Social

14 e 15 de maio – das 9h às 18h

Inscrições: 1/03 a 13/04

Seminário | Trabalhadores(as) do Nível Básico e Médio

21 e 22 de maio – das 9h às 18h

Inscrições: 1/03 a 20/04

Inscrições e informações:

email: secformacao@sindsep-sp.org.br

Telefone: (11) 2129-2999

Whatsapp: (11) 97025-5497

Colônia de Férias

CONHEÇA AS NOSSAS COLÔNIAS DE
FÉRIAS NO LITORAL E INTERIOR

- BERTIOGA
- CAMPINA DE MONTE ALEGRE
- CARAGUATATUBA (CENTRO)
- CARAGUATATUBA (MASSAGUAÇU)
- CARAGUATATUBA (ORLA)
- ITANHAÉM
- MONGAGUÁ (ASSOEF)
- PAULICÉIA (INTERIOR)
- PRAIA GRANDE (BALNEÁRIO DE FLÓRIDA)
- PRAIA GRANDE (BALNEÁRIO MARACANÃ)
- PRAIA GRANDE (CIDADE OCIAN)
- PRAIA GRANDE (VILA MIRIM)
- SUARÃO (ITANHAÉM)
- UBATUBA (CENTRO)

SAIBA COMO DESFRUTAR DA SUA COLÔNIA DE FÉRIAS

Reserva da Colônia é de 2ª a 5ª feira pelo e-mail: beneficios@sindsep-sp.org.br ou pessoalmente no Sindsep, entre 9h e 17h. Trazer RF do/a filiado/a, RG, CPF, nomes de quem irá para a colônia (inclusive bebês), grau de parentesco e data de nascimento. Veja todas as colônias e preços no site: www.sindsep-sp.org.br/colonias

ORIENTAÇÕES:

- Agendar com antecedência mínima de 4 dias;
- Valores sujeitos à alteração sem aviso prévio;
- Necessário comprovar pagamento bancário;
- Verificar pacotes especiais de feriados prolongados e férias;
- Conduta nas Colônias são estabelecidas pelas próprias unidades.

Mais informações:
(11) 2129.2999

Setor de Benefícios

SEJA SÓCIO



Fortaleça seu sindicato, FILIE-SE AO SINDSEP

Seja sócio e ajude na defesa de seus direitos!

Em 2019, o Sindsep esteve à frente de lutas e greves graças a ajuda de cada sócio e sócia.

Prosseguir e avançar em 2020 na sustentação destas lutas depende de sua contribuição e participação. O sindicato luta por seus direitos e também viabiliza vantagens como assistência jurídica, colônia de férias, pousadas, passeios em parques temáticos, cursos técnicos, universidades e muito mais.

Como fazer a filiação

Visite a sede do sindicato e faça sua filiação na hora. Traga uma cópia do último holerite, cópia e original do RG e CPF.

Você também pode fazer a pré-sindicalização pelo site:
www.sindsep-sp.org.br/sindicalize-se.

Caso queira fazer pelo Correio, preencha a ficha que está disponível em nosso site e envie com as cópias do holerite, RG e CPF, para o Sindsep (A/C: Departamento de Cadastro - Rua da Quitanda, 101 - Centro - São Paulo, CEP 01012-010).

Informações pelo telefone:

(11) 2129-2999, pelo e-mail:
cadastro@sindsep-sp.org.br
ou pelo whatsapp oficial do Sindsep:
(11) 97025-5497.

**FIQUE SÓCIO E TRAGA OS
COLEGAS DE TRABALHO
PARA SE ASSOCIAREM
TAMBÉM!**



**PLANO ODONTOLÓGICO EXCLUSIVO
PARA FILIADOS AO SINDSEP**
SEM CARÊNCIA, AMPLA COBERTURA
E PRONTO SOCORRO 24 HORAS

(11) 2091.8794 •  (11) 9.9824.1612
www.solidente.com.br/sindsep

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Rua da Quitanda, 101 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

FECHAMENTO AUTORIZADO, PODE SER ABERTO PELA ECT

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 101 cep: 01012-010 - Centro - SP		
PARA USO DO CORREIO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o n° indicado <input type="checkbox"/> Inf. escrita p/port/síndico	DATA
	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ASSINATURA E N° DO ENTREGADOR	